ESCOLARIDADE E JORNADAS DE TRABALHO

Sadi Dal Rosso[1]

Pedro Junio Lopes Santana [2]

Resumo

Este artigo busca trazer um olhar diferenciado para a relação empírica existente entre escolaridade e trabalho. Para decifrar de forma mais precisa essa íntima relação, tomaremos como objeto as jornadas de trabalho, por exprimirem de forma singular a manifestação social do trabalho. Diante de tantas transformações o nível de instrução desvencilhou-se da velha narrativa de segurança e impregnou-se com o trabalho flexível.

Diante do aumento da participação da população com nível superior no mercado de trabalho observamos que diante de um cenário de redução das jornadas de trabalho esse nível de instrução começa a avançar de maneira tímida para as jornadas extensas, embora se concentre nas jornadas de tempo integral. Outro fenômeno observado foi comportamento inverso presente na relação entre arrefecimento econômico concentração da população em jornadas de tempo integral. Encontramos diferenças significativas entre as jornadas laborais do Distrito Federal e do Brasil, o que induz à hipótese de que nas regiões metropolitanas as jornadas sejam mais intensas.

Palavras chave: Escolaridade, Jornada de trabalho, diferenças regionais..

ABSTRACT - This article seeks to bring a different look at the existing empirical relationship between schooling and work. We will take working hours as our object as the social manifestation of work. The level of education got rid of the old security narrative and became impregnated with flexible work.

In view of the increased participation of the population with higher education in the labor market, we observe that, in a scenario of reduced working hours, this

[1] Professor Universidade de Brasilia

[2] Licenciado em Ciências Sociais, Universidade de Brasilia

level of education begins to move timidly towards long hours. Another phenomenon observed was the inverse behavior present in the relationship between economic downturn and concentration of the population in full-time hours.

We find also regional differences when the statistics refer to Brazil or to the Federal District, implying the hypothesis that in metropolises working hours are more intensive.

Key Words: Schooling, working hours, regional differences

1.Introdução

O tema educação no Brasil sozinho é capaz de alimentar até no leitor mais desinteressado diversas inquietações, que vão desde a qualidade até o papel social da escola. Buscando somar ainda mais ao debate, este artigo tem como objetivo colocar em contraposição à educação, uma de suas principais bases de sustentação, a questão do trabalho, analisado pela ótica da jornada, nível de instrução e posição na ocupação.

Após realizar um estudo detalhado das fontes estatísticas, censos demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) observamos o fato de que a duração da jornada de trabalho reduziu-se nos últimos anos, a jornada de média da no Brasil em 2012 era de 40,30 horas semanais e de 39,10 em 2019; tal modesta redução ocorre por força da ação sindical e em decorrência do efeito prolongado do Congresso Constituinte de 1988.

Os dados acima indicam que o processo de redução ocorre de maneira extremamente lenta. As jornadas de tempo integral (40 a 44 horas semanais de trabalho) atingiam cerca de 50% da população que trabalha em diversos setores de atividade em 2019 (tabela1), e embora as atividades mal definidas, atividades ligadas a educação e administração pública tenha ocorrido uma pequena elevação na jornada média de 2012 a 2019, essas atividades aumentaram sua participação nas jornadas de tempo integral.

Tabela 1. Percentual da população ocupada em jornadas de tempo integral por grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Grupamento de atividade	40 a 44 H (%)		Jornada Média	
	2012	2019	2012	2019
Construção	54,13	61,23	41,63	39,47
Indústria geral	52,42	65,40	41,50	40,54
Outros Serviços	27,27	36,86	36,66	36,24
Atividades Agrárias*	27,58	36,27	38,96	37,80
Serviços domésticos	25,88	37,07	34,67	32,71
Comércio e reparação**	34,55	51,27	43,53	41,61
Atividades mal definidas	33,42	42,32	34,70	37,88
Alojamento e alimentação	17,97	35,32	44,67	40,31
Transporte e armazenagem e correio	32,76	47,33	46,25	43,86
Educação, saúde humana e serviços sociais	43,02	52,60	35,34	35,76
Administração pública, defesa e seguridade social	52,61	64,81	37,69	38,61
Informação, comunicação e atividades financeiras***	50,59	60,05	40,15	39,89

Fonte – IBGE: PNADC/A, elaboração própria.

* Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura

** reparação de veículos automotores e motocicletas

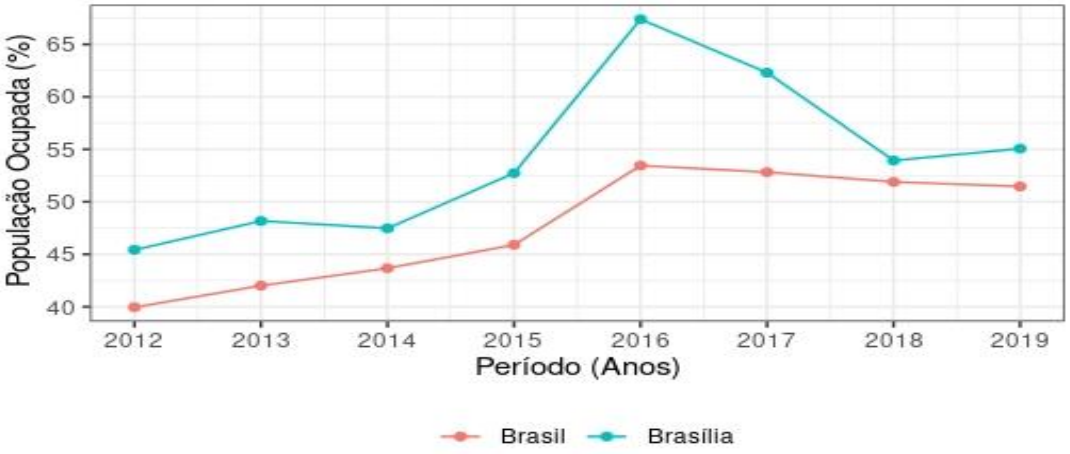
*** Inclui imobiliárias, profissionais e administrativas

Embora lento, o processo de redução das jornadas laborais é influenciado pelo nível de escolaridade da população ativa da seguinte maneira: quanto mais elevado o nível de escolaridade, mais elevada a proporção de pessoas que trabalham em jornadas de tempo integral, jornadas de 40 a 44 horas semanais. Em 2012, 52% da população ocupada com nível superior estavam em jornadas de tempo integral; em 2019, sobre para 57%. Quanto à proporção da população com “médio completo” era de 43% em 2012 e 54% em 2019. Finalmente, a proporção na categoria "sem ou baixa instrução" era de 33% em 2012 e de 44% em 2019.

A população de mais elevada escolaridade foge tanto do trabalho em jornadas excessivamente longas (45 horas semanais e mais), quanto em jornadas insuficientes, nas quais alcançar rendimento para uma vida digna é difícil.

Examinando as horas pelos três grupos tempo integral, excessivas e insuficientes, destacamos que o Distrito Federal tem sistematicamente uma proporção maior de sua população ativa nas jornadas de tempo integral processo que se conserva durante os oito anos estudados (Gráfico 1).

Gráfico 1. Proporção da população ativa que trabalha em jornadas de tempo integral (40 a 44 horas semanais), Distrito Federal e Brasil, 2012-2019



Fonte – IBGE: PNADC/A, elaboração própria.
.

Assim como existe esta peculiaridade de uma significativa proporção da população ativa do Distrito Federal que labuta em jornadas de tempo integral, da mesma maneira esperamos que o grau de escolaridade também apresente seu efeito. Em 2012 no Distrito Federal, 60,59% das pessoas com ensino superior completo labutam em jornadas de tempo integral. Em 2019, esta porcentagem avança para 62,35%.

As jornadas de tempo integral das pessoas ativas com "ensino médio" apresentam a proporção de 42,79% em 2012 e 53,14% em 2019, também indicando que as pessoas ativas com ensino médio completo procuram se afastar tanto das jornadas excessivas quanto das jornadas insuficientes.

Em relação à distribuição das jornadas, como o Distrito Federal tem uma proporção maior de pessoas com "escolaridade superior" em jornadas que chamamos de tempo integral do que o valor agregado do Brasil, situação essa que não é exclusiva do Distrito Federal (Gráfico 2), mas extensiva às grandes metrópoles brasileiras.

Gráfico 2. Proporção da população com nível superior completo ocupada em jornada de tempo integral por unidade da federação no ano de 2019.

Encontramos informações na distribuição das jornadas laborais que sugerem, ainda que tenuemente, dois fenômenos relacionados às crises econômica e da pandemia, ambas em curso. Primeiro, que indica uma possível relação inversa entre Produto Interno Bruto e as jornadas de tempo integral. Segundo, causado pelo

avanço da pandemia que foi a concentração nas jornadas de tempo integral tanto no Brasil quanto no Distrito federal e pequenas oscilações nas jornadas de tempo excessivo.

2.Metodologia, técnicas de pesquisa e tratamento empírico

Devido à complexidade e variabilidade intrínseca do amplo leque da distribuição e duração das jornadas de trabalho. Esta análise está estruturada em três momentos distintos e complementares. O primeiro passo compreendeu a leitura e o debate do substrato teórico e analítico das jornadas laborais e da escolaridade.

Após ampla análise conceitual começamos o valoroso processo de sistematização dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua Anual (PNADC/A) levando em consideração a primeira visita[3], realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram processados utilizando-se o Software estatístico R Studio[4] e o pacote de análise e disponibilização de dados PNADc IBGE[5]. Após a obtenção de informações iniciou-se o processo de análise crítica da distribuição das jornadas laborais[6] e do grau de instrução presentes no Brasil e Distrito Federal entre anos de 2012 e 2019.

Para complementar a análise foi inserido uma parte sobre as alterações provocadas nas jornadas de trabalho de acordo com o grau de instrução no ano de 2020, devido à crise econômica provocada pela pandemia da corona vírus *SARS-CoV-2.* Devido à ausência dos microdados agrupados da primeira visita do ano de 2020, as análises dessa parte são feitas com base no primeiro e no quarto trimestre de 2020 em comparação com o ano anterior.

Para que as análises se mantenham coerentes com a heterogeneidade das informações durante os 8 anos analisados, torna-se necessário compreender as padronizações utilizadas na classificação das características pesquisadas sobre trabalho e escolaridade na população ocupada. O trabalho é compreendido como todas as formas de produção de bens e serviços para consumo próprio ou para terceiros, realizadas por pessoas com 14 anos ou mais de idade na semana de referência.

[3] A escolha da primeira visita agregada nos microdados anuais ao invés da quinta é sustentada pela maior periodicidade presente na primeira.
[4] R Core Team (2020).
[5] Douglas Braga and Gabriel Assuncao (2020).
[6] Horas Habitualmente Trabalhadas

As informações presentes nessa análise abrangem apenas o trabalho principal, definido pelo IBGE (2014) como o único trabalho que a pessoa teve na semana de referência, ou tendo mais de um trabalho considera-se o que tem o maior número de horas, caso haja igualdade no número de horas considera-se o que tem maior remuneração, se os rendimentos forem equivalentes o trabalho principal é aquele em que a pessoa possuí maior tempo de permanência.

Dentro do trabalho principal é possível agrupar os trabalhadores em 4 categorias levando em consideração a posição na ocupação segundo IBGE (2014), é possível observar o empregador, o empregado, o trabalhador por conta própria e o trabalhador familiar auxiliar. Embora o trabalhador por contra própria assim como o empregador possa contar com ao menos um sócio ou trabalhador familiar, eles se diferenciam pelo fato de que apenas o empregador pode contar com ao menos um empregado.

Os níveis de instrução são obtidos pelo IBGE (2014) de acordo com o nível ou grau em que a pessoa estava frequentando e havia frequentado e a sua conclusão, para que assim possa compatibilizar os sistemas de ensino anteriores com o vigente. Para observar o nível de escolaridade presente na população Brasileira iremos discorrer nessa análise apenas sobre o grau de instrução completo dos indivíduos expresso pelas seguintes categorias:

1. Sem ou baixa instrução: Abrange pessoas sem instrução, com ensino fundamental incompleto ou equivalentes.
2. Fundamental Completo: Compreende as pessoas que possuem o ensino fundamental completo, médio incompleto ou equivalentes.
3. Médio Completo: Comporta os indivíduos com ensino médio completo, superior incompleto ou equivalentes.
4. Superior Completo: Pessoas que possuem ao menos um curso superior de graduação completo.

4.1. Jornadas Médias

Uma das formas mais utilizadas para observar mudanças nas jornadas de trabalho é a redução desse universo com as jornadas médias, que de maneira geral

fornecem uma boa referência de tendências e modificações para o conjunto da unidade geográfica ou grupo social estudado.

Um forte indicativo para análise das médias de horas de trabalho semanais é que no Brasil elas passam de 40,30 horas semanais em 2012 para 39,07 em 2019, e no Distrito Federal passa de 40,01 para 39,38 horas semanais dispendidas por toda a população ocupada.

Diante dessas modificações podemos constatar um processo de redução das jornadas de trabalho, além de uma clara inversão no panorama geral, uma vez que o Distrito Federal apresentava uma média inferior ao Brasil em 2012, e passa a apresentar uma média de horas mais elevada em 2019, ou seja, teve uma redução mais lenta do que a do Brasil.

Quando observamos as jornadas médias de acordo com o nível de instrução (tabela 4), percebemos que no ano de 2012 no Brasil a população com nível superior tinha a menor jornada média e a população com nível médio possuía a maior jornada observada, o mesmo se repetia na capital com a exceção de que a maior jornada observada era da população com nível fundamental completo.

Tabela 4. Média de horas por ano, região e nível de instrução.

Nível de Instrução	2012		2019	
	Brasil	Distrito federal	Brasil	Distrito Federal
Sem ou baixa instrução	39,80	41,10	37,80	39,88
Fundamental Completo	40,70	41,52	38,89	39,24
Médio Completo	41,29	40,02	40,07	39,76
Superior Completo	38,51	38,46	38,81	38,81

Fonte – IBGE: PNADC/A, elaboração própria.

Embora seja observável um processo de redução nas jornadas médias, quando levamos em consideração o nível de instrução, diagnosticamos uma redução nas jornadas médias para todos os níveis com exceção do nível superior tanto no Brasil quando no Distrito Federal.

Houve uma elevação de 0,30 horas no Brasil e de 0,35 no Distrito Federal nas jornadas médias semanais para população com nível superior, elevação essa que indica que houve um aumento de 18 minutos por semana no Brasil e de 21 minutos no Distrito Federal. Ou seja, em 2019 os indivíduos com nível superior trabalhavam 15,60 horas a mais por ano no Brasil e 18,20 horas no Distrito Federal.

Quando levamos em consideração a posição na ocupação (tabela 5) é possível observar que as maiores médias independentemente do nível de instrução em ambas as regiões são observadas para os empregadores, e as menores jornadas no Brasil foram exercidas pelos trabalhadores familiares auxiliares em tanto em 2012 quanto em 2019. No Distrito Federal apenas o trabalhador por conta própria com nível superior mantém a jornada reduzida nos dois anos, assim como o trabalhador familiar auxiliar sem instrução ou com nível médio.

Quando observamos os trabalhadores familiares auxiliares, temos grandes elevações nas jornadas médias em todos os níveis de instrução no Distrito Federal, em especial para aqueles com nível de instrução fundamental completo que contava em 2012 com 5,33 horas e em 2019 com 56,00 horas, elevação essa sustentada pela redução massiva no número de pessoas ocupadas. E os sem ou com baixa instrução sobem de 17,50 para 23,40 horas semanais em 2019.

Tabela 5. Média de horas por ano, região, nível de instrução e posição na ocupação.

Posição na Ocupação	Sem ou baixa instrução		Fundamental Completo		Médio Completo		Superior Completo	
	2012	2019	2012	2019	2012	2019	2012	2019
			Brasil					
Empregado	40,95	38,61	41,31	39,63	41,41	40,50	37,96	38,75
Empregador	48,68	46,00	50,71	46,47	48,77	47,03	45,17	45,47
Conta própria	38,93	36,91	39,67	37,74	39,66	37,90	37,85	36,15
Trabalhador familiar auxiliar	28,68	28,65	28,71	27,26	32,53	30,76	33,38	30,58
			Distrito Federal					
Empregado	41,81	41,03	41,61	39,47	40,14	40,10	38,59	39,03
Empregador	50,60	45,56	51,29	42,65	49,38	43,83	44,47	45,13
Conta própria	38,67	37,02	40,73	37,70	37,01	37,34	33,95	34,18
Trabalhador familiar auxiliar	17,50	23,70	5,33	56,00	15,32	32,99	36,27	36,36

Fonte – IBGE: PNADC/A, elaboração própria.

Seguindo o processo de redução das jornas com exceção dos trabalhadores familiares auxiliares no Distrito Federal citados acima, as jornadas se elevam para os trabalhadores por conta própria com ensino médio completo em 2019 no Distrito Federal. Os trabalhadores com nível superior completo sofrem com elevações nas jornadas médias de trabalho em todas as posições no Distrito Federal em 2019 e se elevam no Brasil apenas para os empregados e empregadores.

5. Jornadas de Trabalho por agrupamentos de horas.

Segundo Lee, McCahn e Messenger (2009) e Dal Rosso (2017) nas últimas décadas houve um processo de redução das jornadas extensas e uma maior

concentração em direção as jornadas integrais. Processo esse que também pode ser observado no Brasil e no Distrito Federal com relação a 2012 e 2019 com suas peculiaridades (Tabela 6), pois o processo de convergência vai de 2012 até 2016 tanto no brasil quanto no Distrito Federal, depois desse período, embora as jornadas integrais sejam majoritárias, começam a decrescer, fenômenos esse que pode ser entendido como uma expansão do mundo das horas flexíveis.

Diante desse processo de convergência podemos afirmar que ambas as regiões apresentam um comportamento similar, porém com um descompasso de um ano. Como observado no processo de convergência das jornadas integrais, a proporção das jornadas de tempo excessivo começa a expandir no Distrito federal no ano de 2016 e no Brasil no ano seguinte, processo esse que segue em alta até o ano de 2019 nas duas regiões.

Tabela 6. Percentual de pessoas ocupadas por agrupamentos de jornadas, ano no Brasil e no Distrito Federal.

Jornadas	Ano							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Insuficientes (39 horas ou menos)								
Brasil	27,50	27,23	27,19	27,33	25,54	26,67	27,13	27,10
Distrito Federal	26,33	25,66	27,23	24,56	19,78	23,82	26,49	25,18
Integrais (40 a 44 horas)								
Brasil	39,95	42,01	43,67	45,90	53,45	52,82	51,89	51,46
Distrito Federal	45,42	48,17	47,47	52,73	67,39	62,30	53,93	55,07
Excessivas (45 horas e +)								
Brasil	32,55	30,76	29,14	26,77	21,01	20,51	20,98	21,44
Distrito Federal	28,25	26,17	25,29	22,71	12,83	13,87	19,58	19,74

Fonte – IBGE: PNADC/A, elaboração própria.

Outra face desse processo de convergência é o fato de que as jornadas integrais se disseminam para maior parcela da população ocupada a partir de 2015 no Distrito Federal e 2016 no o Brasil (Tabela 6), fenômeno esse que é descrito no território brasileiro por Dal Rosso (2017) como uma adequação tardia as determinações constitucionais de 1988.

As jornadas de tempo insuficientes interrompem seu processo de queda em 2017 nas duas regiões no ano de 2018 e segue se expandindo no Brasil até 2019 e até 2018 no Distrito Federal. Este processo de ruptura também foi observado nas jornadas de tempo integral, que seguiu decrescendo no Brasil até 2019 e no Distrito Federal até 2018.

Quando levamos em consideração a distribuição das jornadas e o nível de instrução (tabela 7), que é o aspecto principal observado neste artigo, percebemos que embora as jornadas integrais tenham aumentado sua proporção em 2019 com relação a 2012, elas só atingiam em 2012 mais da metade da população ocupada apenas para os indivíduos com nível superior tanto no Brasil quanto no Distrito Federal, e em 2019 apenas com nível superior ou médio completo.

Tabela 7. Proporção da população ocupada por ano, escolaridade e agrupamento de jornadas no Brasil e no Distrito Federal.

Nível de Instrução	Insuficientes		Integrais		Extraordinárias	
	2012	2019	2012	2019	2012	2019
Brasil						
Sem ou baixa instrução	31,62	32,95	32,88	43,79	35,49	23,26
Fundamental Completo	27,25	28,32	35,76	47,68	36,99	24,00
Médio Completo	23,31	23,19	43,61	54,72	33,08	22,09
Superior Completo	28,54	26,65	52,35	57,24	19,11	16,11
Distrito Federal						
Sem ou baixa instrução	24,04	24,81	36,76	47,49	39,19	27,71
Fundamental Completo	25,44	29,91	34,30	47,83	40,26	22,26
Médio Completo	27,76	24,58	42,79	53,14	29,45	22,28
Superior Completo	26,43	24,62	60,59	62,35	12,98	13,03

Fonte – IBGE: PNADC/A, elaboração própria.
Obs: Percentuais por nível de instrução distribuídos horizontalmente.

As jornadas insuficientes se expandem em ambas as regiões para população sem ou com baixa instrução e com fundamental incompleto. Ao passo que as jornadas integrais se expandem para todos os níveis de instrução, e as jornadas de tempo excessivo sofreram com uma queda significativa nas duas regiões e em todos os níveis de escolaridade, com exceção da população com nível superior no Distrito Federal.

6.Resultados e analises

A relação do nível de escolaridade com a duração da jornada de trabalho é pouco estudada pela literatura. O principal texto que estuda a "duração do trabalho em todo o mundo" (Lee, McCahn e Messenger, 2009) publicado pela organização internacional do trabalho (OIT) não contém um estudo da relação entre jornada e escolaridade.

Na literatura internacional, a elevação do nível de escolaridade é relacionada à teoria do capital humano (Becker, 1964 e 1965; Schultz, 1963). A teoria do capital humano tem a ver com nível de escolarização, com conhecimento alocado, com

cultura. Nosso artigo trabalha com as categorias de escolaridade e jornadas, mas não da maneira como a Escola de Chicago defende que as diferenças internacionais do desenvolvimento entre países seriam explicadas pelos investimentos em escolarização da população, em capital humano, ficando de lado fatores como a dependência entre nações, entre centro e periferia.

Um tratamento não muito desenvolvido da relação entre escolaridade e horas de trabalho, pode ser encontrada no recente artigo de Felstead, Gallie, Green and Henseke (2020). Eles escrevem que "diversos estudos examinaram características demográficas e socioeconômicas das pessoas que trabalham no sistema de Contratos de Zero Hora (ZHC), identificando que estes contratos prevalecem entre pessoas de menor qualificação... aqueles que estão em classes sociais inferiores. Isto é confirmado por nossa análise também" (Felstead, Gallie, Green and Henseke, 2020: 8).

O problema com o texto dos autores ingleses é que as "características demográficas e socioeconômicas" são entendidas como preditoras dos ZHC, que é um tipo de contrato de horas inseguras. Nossa questão enquadra a duração das jornadas de trabalho com o grau escolaridade das pessoas que trabalham. Por hipótese, as pessoas com menos escolaridade trabalhariam em jornadas insuficientes. As pessoas com máxima escolaridade fariam jornadas de tempos integrais e fugiriam às jornadas excessivamente longas, as jornadas extraordinárias, para alcançar controle sobre tempo de trabalho, a não ser que a remuneração o exigisse.

O estudo dos quatro autores ingleses, portanto, não oferece uma evidência empírica diretamente relacionada ao nosso problema de pesquisa. Apenas indiretamente insinua que a relação com os ZHC poderia estimular a pesquisa da relação das horas de trabalho com a escolaridade.

No Brasil encontramos no Comunicado da Presidência, número 24, datado de 22 de julho de 2009, do IPEA, um levantamento da evolução das horas laborais entre os anos 1988 e 2007, segundo o nível de escolaridade das pessoas que trabalham. O Comunicado apresenta duas conclusões principais. A primeira de que a média de horas de trabalho diminuiu para todos os grupos de escolaridade entre 1988 e 2007. A segunda e que assim como foi observado por Lee, McCahn e Messenger (2009) e Dal Rosso (2017) nas últimas décadas houve um processo de

redução das jornadas extensas e uma maior concentração em direção as jornadas integrais, concentração esta que constatamos com este artigo ao comparar o ano de 2012 e o de 2019.

Ainda no mesmo comunicado é possível observar que diante de um processo de redução das jornadas semanais médias ocorrido entre os dois períodos analisados, quanto mais anos de estudo menor era a queda nas horas médias trabalhadas por semana, ao ponto que a população com até 1 ano de estudo contou com uma redução de 18,1% e a população com 11 anos ou mais de estudos teve uma redução de apenas 1,2%.

Também encontramos jornadas mais baixas e uma redução acentuada para a população com menor instrução. Embora esse grau de instrução pareça indicar alguma imagem de privilégio, vale ressaltar que essa população vem reduzindo drasticamente ao longo do tempo e historicamente tendem a ocupar vagas de altamente precárias, a conjunção entre esses dois fatores desembocam nessa distorção em torno da média, e é amenizada quando analisamos os agrupamentos de jornadas.

Podemos afirmar também que o processo de convergência para as jornadas de tempo integral embora lento para alguns níveis de instrução, é um movimento inegável. As jornadas de tempo insuficiente crescem bem lentamente para população com nível de instrução menos elevado, e as jornadas de tempo excessivo vem sendo suprimidas ao longo do tempo, e só se elevaram para a população nível superior completo na capital. Quando olhamos as médias observamos que essa mesma população sofreu com elevações em todas as posições na ocupação no Distrito Federal e só se elevam no Brasil para os empregados e os empregadores.

Com relação a convergência das jornadas para as jornadas de trabalho de tempo integral tanto no país quanto na capital demonstraram uma adequação tardia a esse padrão, fator esse já explicitado por Dal Rosso (2017), porém desde sua promulgação na constituição foram necessários 28 anos para que atingisse mais da metade da população ocupada no país, e já vem demonstrando um lento processo de queda após reformas trabalhistas ocorridas no pais após o ano de 2017.

As informações estatísticas parecem apontar para um fato que, se concretizar, representaria uma reversão quanto à distribuição das horas de trabalho por nível de escolaridade. Há um sinal no Distrito Federal de que a população

ocupada com escolaridade superior estaria voltando a jornadas muito longas (12,98% em 2012, 13,03% em 2019). A análise das horas médias também aponta para um tênue aumento da carga horária laboral na escolaridade de ensino superior. É ainda uma base estatística muito limitada, mas começa a aparecer o fenômeno do alongamento das horas laborais também na população ocupada com escolaridade superior.

8.Conclusão

O artigo examinou a questão da distribuição das horas laborais por nível de escolaridade. Encontrou-se que quanto maior o grau de instrução, maior a participação nas jornadas de tempo padrão, previstas pela legislação. Tal relação é afetada por força da dupla crise de pandemia sanitária da economia, que tende a concentrar ainda mais a presença da população ocupada nas jornadas de tempo integral.

Tanto para o conjunto do país, aqui expresso como Brasil, e para o Distrito Federal. Tornou-se nítida a posição privilegiada da população ativa com nível superior durante todo o período analisado (2012-2019) contando com jornadas mais afáveis e participando em maior peso nas jornadas integrais, a saber com carga de 40 a 44 horas semanais de trabalho.

Porém com o aumento da disponibilidade de indivíduos com escolarização mais elevada na população, fez com que os indivíduos com nível superior começassem a adentrar no tenebroso submundo das jornadas flexíveis e da elevação das jornadas médias semanais, com um pequeno aumento na participação nas jornadas de tempo excessivo e elevando ainda que de forma tímida a média da jornada semanal.

Para contrastar a análise, tem-se que a população com nível fundamental ou com baixa instrução aumentaram sua participação nas jornadas reduzidas quando comparamos sua distribuição no ano de 2019 com 2012. Ao passo que a população com nível médio e superior reduzem sua presença nas jornadas reduzidas. No processo de redução das jornadas, apenas a população com nível superior aumentou sua presença nas jornadas de tempo excessivo.

Para finalizar, encontramos informações na distribuição das jornadas laborais que sugerem, ainda que tenuemente, três fenômenos relacionados às crises econômica e da pandemia, ambas em curso. Primeiro, se dá pelo comportamento inverso na jornada de trabalho com relação a evolução da economia, elemento comportamento esse que também se faz presente na crise sanitária. Segundo, o pequeno aumento na jornada média e participação da população com nível superior nas jornadas de tempo excessivo, até mesmo em períodos que antecedem a pandemia.

Terceiro, o impacto causado pela crise sanitária no já então abalado mercado de trabalho Brasileiro, alimentou os processos de concentração das jornadas e aumento na participação nas jornadas de tempo reduzido, processo esse marcado por um cenário de demissões e modificação nas formas de trabalho, os indivíduos que se encontram em situação precária em momentos economicamente favoráveis foram os primeiros a serem expurgados do mercado de trabalho até então debilitado.

Quanto maior o nível de instrução menor tende a ser a presença nas jornadas de trabalho flexível, diante de um contexto de redução das jornadas médias, extensão das jornadas de tempo integral e desaceleração nas jornadas de tempo excessivo. Apesar do grau de instrução constituir um fator fundamental para determinação das formas de inserção dos indivíduos na esfera do trabalho, ele intrinsecamente não é capaz de livrar os trabalhadores da face brutal da precarização ocasionada pelo trabalho flexível, permeando da ausência até elevada presença de instrução.

9. Referências Bibliográficas

BECKER, Gary. 1964. Human Capital. Chicago: The University of Chicago Press
BRIDI, Maria. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. ESTUDOS AVANÇADOS 34 (100), 2020.

DAL ROSSO, Sadi. O ardil da flexibilidade, a teoria do valor e os trabalhadores. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DAL ROSSO, Sadi. Tempo de trabalho. Dicionário de trabalho e tecnologia / Antônio David Catanni, Lorena Holzmann (orgs.); -2. Ed. Ver. Ampl. Porto Alegre, RS; 2011.

DAL ROSSO, Sadi. Jornada de trabalho: Duração e intensidade. Cienc. Cult. vol.58 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006

Braga, Douglas and Assuncao, Gabriel (2020). PNADc IBGE: Downloading,Reading and Analysing PNADC Microdata. R package version 0.6.0.https://CRAN.R-project.org/package=PNADcIBGE

Felstead, A.; Gallie D.; Green F. and Henseke, G. Unpredictable times: the extent, characteristics and correlates of inseoicure hours of work in Britain. Industrial Relations Journal ISSN 0019-8692 2020

HEINEN, V. L., MATTEI, L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. Revista de Economia Política, vol. 40, nº 4, pp. 647-668, outubro-dezembro/2020

IBGE. Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas Metodológicas V.1. Rio de janeiro, 2014.

IBGE. Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas Técnicas V.1.6. Rio de janeiro, 2019.

LEE, S., MCCAHN, D. e MESSENGER, J.C. Duração do trabalho em todo o mundo. Brasília: OIT, 2009.

MARX, Karl. Editora Civilização Brasileira. O capital (crítica da Economia política) Livro 1: O processo de produção do capital 2ª Ed.1971. Tradução de Reginaldo Santana. A Jornada de trabalho (p.260-345).

R Core Team (2020). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL https://www.R-project.org/.